

DECOLONIALIDADE FEMININA: EMBATES DE VOZES FEMININAS E MASCULINAS

Dina Maria Martins Ferreira¹
Suêrda Lino Barroso²

RESUMO: Este artigo trata de um estudo sobre o feminino no poder, que recebe condicionamento do patriarcalismo. Este embate entre feminino e masculino se dá no *post* da deputada federal Maria do Rosário, em que vozes masculinas subvertem a voz identitária da figura feminina. A linguagem masculina, nos comentários do *post*, se faz colonizadora do feminino mantendo e sedimentando o sistema simbólico patriarcal, mesmo que a voz feminina esteja em posição/função de poder. Nosso caminho teórico-analítico se prende a Fairclough (2001) cuja materialidade textual-discursiva revela relações de poder; a Santos e Menezes (2010) que elaboram como a decolonialidade processa relações de dominação do masculino sobre o feminino; e a Butler (2015) pela performatividade de gênero. Por fim, concluímos que as características atribuídas à mulher no poder emergem da obscuridade da linguagem. Este estudo torna visível o porquê das lutas femininas e alenta para a busca de novos lugares e de construções alternativas.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; feminino; masculino; performatividade; decolonialidade.

ABSTRACT: This article is about a study on the feminine in power, which is conditioned by patriarchy. This clash between women and men takes place in the post of federal deputy Maria do Rosário, in which male voices subvert the identity voice of the female figure. The male language, in the comments of the post, becomes a colonizer of the female maintaining and sedimenting the patriarchal symbolic system, even though the female voice is in a position / function of power. Our theoretical-analytical path is linked to Fairclough (2001) whose textual-discursive materiality reveals power relations; to Santos and Menezes (2010) who elaborate how decoloniality processes relations of male dominance over female; and Butler (2015) for gender performance. Finally, we conclude that the characteristics attributed to women in power emerge from the obscurity of language. This study makes visible the reason for women's struggles and encourages the search for new places and alternative constructions.

KEYWORDS: Discourse; feminine; male; performativity; decoloniality.

1. Considerações iniciais

O *twitter*³, enquadrado na web 3.0, por sua interatividade e conectividade intensas, tem sido utilizado como ambiente operacional para o disseminado fluxo de

¹ Pós-doutora, em Ciências Sociais, pela Université Paris V, Sorbonne, em co-tutoria em Estudos da Linguagem, pelo Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp (2009-2010); Pós-doutora em Pragmática, pelo Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp (2002-2003); doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995); Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora do Centro de Atualidades e Cotidiano da Université Paris V, Sorbonne.

² Especialista em Ensino de Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual do Ceará, UECE (2014 - 2016); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará.

³ Criado em 2006, o *twitter* é uma plataforma social e um serviço de *microblog* para comunicação em tempo real. Esta rede social permite aos usuários fazer atualizações breves de imagens e textos e publicá-

informações. A popularização deste ambiente virtual possibilitou (e possibilita) o engajamento de indivíduos em variadas atividades segundo suas demandas e interesses, representando, assim, uma nova ferramenta no domínio das relações de poder, uma vez que expressões e mobilizações neste meio apresentam forte capacidade influenciadora, daí ser caracterizado como uma esfera de ativismo político *online*.

Neste cenário, é possível reconhecer que as temáticas linguagem e poder estão relacionadas, uma vez que a primeira funciona como mecanismo de poder (FAIRCLOUGH, 2001) e a segunda pode desestabilizar uma pretendida performatividade do gênero feminino agentivo em e pela linguagem. O referencial teórico-metodológico inicia-se na Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2003), em que a análise linguístico-textual do *post* e de cada comentário como produto da materialidade linguística, se faz configuradora do objetivo maior deste estudo – as relações de poder na e pela linguagem. Sendo o discurso uma prática social, torna-se exequível reconhecer “o papel da linguagem na organização e na manutenção da hegemonia de determinados grupos sociais em detrimento de outros” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 11).

Abordamos, a questão sobre o patriarcalismo, como um processo de relação de poder e, por conseguinte, de uma relação decolonial entre os sujeitos masculino/feminino, que desvenda o ainda sistema simbólico patriarcal sobre a constituição da identidade feminina, ou seja, a fronteira abissal que nos cega e, assim, contribui para a permanência da colonização (SANTOS, 2020) do ser mulher. Para dar conta dessa pauta, apresentamos o conceito de decolonialidade agregado à metáfora ‘Epistemologia do Sul’, enfatizando o colonialismo e o processo de internalização de discursos ideológicos, junto à sua contribuição para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. E na justificação das relações de dominação do masculino sobre o feminino, fazemos uma analogia com o ‘Tratado de Tordesilhas’ e o ‘Período Colonial’ brasileiro, identificando a construção identitária do feminino, de modo a amparar a dimensão simbólica do decolonialismo na historicidade.

Em meio a tantas navegações nesses mares de redes, o *post*⁴ da deputada federal Maria do Rosário sobre a manifestação do dia 8 de março – dia internacional da mulher – recebe comentários do sujeito masculino, performatizando o gênero feminino (BUTLER, 2015) de forma deslegitimadora da função política de poder da figura feminina.

2. Discurso e relações do poder

A Análise do Discurso Crítica (ADC) trouxe para os estudos linguísticos a possibilidade de estudar o discurso por um prisma que considera a sua relação com as práticas sociais e, por conseguinte, com a sociedade. Ou seja, Fairclough (2001), em sua abordagem dialética-relacional, propõe uma análise de discurso linguística unida ao “pensamento social e político” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89), utilizando-se de um modelo tridimensional de análise que leva em consideração o nível textual, o discursivo e o social, além de respectivas categorias para cada nível.

las, como também permite a visualização de atualizações de seguidores no *twitter* que podem ser desde uma observação pessoal até uma notícia jornalística.

⁴ O termo *post* é utilizado para se referir à publicação numa página de internet, seja no formato de texto, de imagem, de vídeo, isto é, qualquer conteúdo vinculado às redes sociais.

Partindo da tridimensionalidade do discurso, para fins analíticos, em nível textual, utilizamos a categoria ‘lexicalização’, visto que “recai sobre as lexicalizações alternativas e sua significância política e ideológica”, buscando investigar o sentido das palavras utilizadas que implicam escolhas políticas e ideológicas dos sujeitos e as lutas de poder que as mobilizam (FAIRCLOUGH, 2001, p. 105).

Na dimensão da prática discursiva, nos detemos na categoria ‘intertextualidade’, recurso discursivo no qual há a “ênfase sobre a heterogeneidade dos textos e um modo de análise que ressalta os elementos e as linhas diversos e frequentemente contraditórios que contribuem para compor um texto” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 137).

Quanto à dimensão social, nossa análise foca na ‘ideologia’ que diz respeito às “significações/construções da realidade [...] construídas em várias dimensões formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação” e que “é investida na linguagem de várias maneiras, em vários níveis” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117-118), contribuindo, assim, para que possamos refletir e discorrer em nossas análises sobre a(s) ideologia(s) que subjaz(em) ao discurso masculino e feminino. Ou melhor, ideologia para Fairclough (2001) são significados peculiares das relações sociais que conduzem as práticas discursivas situados nas ordens do discurso, no caso, na luta contra a hegemonia. Por sua vez, a hegemonia é vista como articulações entre elementos sociais que naturalizam informações circundantes a fim de sustentar relações de dominação. Diante deste tatame de lutas, a ideologia não é fixa e torna-se mais efetiva quando sua ação é minimamente visível, em contrapartida à naturalização do senso comum que sustenta desigualdades de poder, anulando a potencialidade de operar já que no senso comum “a luta pelo poder em todo signo ideológico não se mostra à descoberta” (BAKHTIN, 2002, p. 47). Ao compreendermos que o poder é exercido por meio de práticas discursivas naturalizadas por instituições, é possível captar o vínculo existente entre discurso e poder.

Segundo Fairclough (2001), há um negligenciamento do poder e sua correlação com a linguagem, assim sendo, afirma que o poder deve ser visto em sua execução e reprodução nos discursos e nas relações sociais ocultadas por trás do discurso. Decorrente disso, é que verificamos como os sentidos da violência e da coerção são constituídos nas práticas culturais. Ademais, ratificamos a compreensão de que as designações e nomeação de gênero ganham sentido nas vivências culturais do cotidiano.

O linguista britânico, em seus escritos na obra *Discurso e mudança social* (FAIRCLOUGH, 2001), denota que a luta pelo poder se dá nas esferas das relações Estado e cidadãos e até nos lugares ordinários como em escola, família etc. Entretanto, no que se refere à natureza política do discurso, é possível comprovar a existência de um poder que ressoa nas práticas discursivas com efeitos ideológicos, ambicionando sustentar ou reformular relações de poder.

Dessa forma, para o reconhecimento dos efeitos ideológicos do discurso e da origem de epistemologias desvalorizadas, traçamos uma analogia com o período colonial, com o fito de delinear os contornos que impõem o lugar a ser ocupado pelo feminino e que contribuem para a conservação da colonização. Cabe ressaltar que, devido à mudança histórica, aos avanços tecnológicos e até mesmo aos econômicos, as linhas abissais não se mantiveram fixas, porém continuam a segmentar os lados, nos quais o poder condiciona a possibilidade de viver (poder político), a oportunidade de conhecer (poder epistêmico) e a oportunidade de ser (poder ontológico) (SANTOS; MENEZES, 2010).

3. Decolonialidade e colonialidade

3.1 Decolonialidade

Para entender a existência da dominação e opressão, consideramos necessário delinear alguns pontos de teorias decoloniais, até porque quando nos referimos a relações de poder estão incluídas temáticas problematizadoras, tais como patriarcalismo, globalização, colonialismo.

Iniciamos nossa argumentação pela justificativa da escolha da lexia ‘decolonialismo’ em vez da de ‘descolonialismo’. O sentido de decolonial (RESENDE, 2019) não desfaz nem reverte o colonial, porém denota o caminho de luta em que se permite “identificar, visibilizar e alentar ‘lugares’ de exterioridade e construções alternativas” (RESENDE, 2019, p. 21). Mignolo (2017, p. 14) atende melhor a nosso objetivo de demonstrar existência da colonialidade feminina na contemporaneidade, ao formular que o decolonial é “um novo modo de pensar que se desvincula das cronologias construídas pelas novas epistemes ou paradigmas” e que o pensamento fronteiriço ao conduzir à opção decolonial estaria se convertendo em uma forma de ser, pensar e fazer da sociedade política global. O decolonial estaria fora da dicotomia descolonialidade/colonialidade, mas se completa pela descolonialidade; não necessariamente parte da experiência colonial. Grosfoguel (2010) comunga de nossa proposta analítica ao postular que um pensamento de fronteira surge

de respostas criativas de epistemologias locais subalternas [...], como estratégia ou mecanismo conducente a um ‘mundo transmoderno’ [...] pluriversal de múltiplos e diversos projetos ético-políticos em que poderia existir um diálogo e uma comunicação verdadeiramente horizontais entre todos os povos do mundo (GROSGOUEL, 2010, p.482).

Em seguida, para exemplificar as relações de poder, tomamos como base a metáfora ‘epistemologias do sul’ (SANTOS; MENESES, 2010). Vale a ressalva de que os sentidos de ‘norte’ e de ‘sul’ não se norteiam por atlas geográfico e sim por territórios simbólicos de dominadores/colonizadores (eurocentrismo e imperialismo) e por de colonizados (países considerados subdesenvolvidos). Ou seja, enquanto o Norte representa a composição dos dominadores, o Sul configura o lado dos oprimidos pelas distintas formas de dominação:

Designamos a diversidade epistemológica do mundo por epistemologias do Sul. O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte) (SANTOS; MENESES, 2010, p. 19).

Ao conjecturarmos que os sentidos da violência epistêmica são constituídos nas práticas culturais, o nosso foco reside na questão de gênero no que diz respeito a seus contornos ideológicos produzidos e produtores de nosso cotidiano, constitutivos de uma ‘Gramática Cultural’⁵ (MARTINS FERREIRA; ALENCAR, 2013). Neste cotidiano

⁵ Com base nas autoras Martins Ferreira e Alencar (2013), *Gramática Cultural* utilizado para designar o estabelecimento de regras culturais que são constituídas a partir de jogos de linguagem históricos e

residem processos de decolonialismo do feminino, posto que “uma população determinada domina outra de diferente identidade” (QUIJANO, 2010, p. 84), e, por conseguinte, criam comunidades subalternas de modo que a violência linguística confere à ação linguística o poder de estabelecer relações de dominação e opressão.

Ademais, a epistemologia do Sul vem atender as formas de insurgência ante a dominação de uma cultura como sistema-mundo moderno-colonial (RESENDE, 2019), ato que acarreta o “epistemicídio, ou seja, supressão dos conhecimentos locais” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 16) de culturas entre as várias existentes. Além disso, valoriza os saberes e investiga as condições de um diálogo entre “as ecologias dos saberes”⁶ (SANTOS; MENESES, 2010, p. 57), objetivando evidenciar os saberes silenciados, constituídos a partir da base colonialista, que ressaltam uma relação assimétrica de saber-poder (SANTOS; MENESES, 2010).

A assimetria dá-se, primeiramente, pela divisão já corroborada por Santos (2020), através da linha abissal, que divide os atores sociais, as experiências e os saberes como aqueles que são visíveis e inteligíveis e os que são inexistentes, excluídos, oprimidos, subalternizados. É nessa divisão abissal que é feita a segregação da sociedade de quem é ‘gente’ e de quem não é, e que, muitas vezes, nos torna cegos (as):

[Os] marcadores explícitos se tornam menos evidentes, [e] os marcadores encobertos de assimetria de poder tornam-se mais discretos e sutis em vez de desaparecerem, no entanto, assimetria é ainda bastante poderosa para ser explorada como forma de controle da interação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 251).

3.2 Colonialismo e analogias históricas

De acordo com o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (MACHADO, 1995,ii, p.185), o sufixo ‘-ismo’ da palavra ‘colônia’ traz como significado ‘possessão, domínio’, o que nos leva a uma analogia com o período histórico colonial brasileiro.

Os livros de história discorrem sobre o Tratado de Tordesilhas como o meio criado para promover um ambiente pacífico no Período Colonial. A linha imaginária instituída era o parâmetro para a divisão territorial entre Espanha e Portugal, todavia, o sistema colonial que enquadrava o modo de exercer o controle ou autoridade sobre o território ocupado não foi fleumático, em virtude de ser enérgico em seu modo de exploração econômica, de dominação política e de demarcação da vida social.

É, por este contexto inicial político-administrativo que melhor se entende o (de)colonialismo ainda vigente. As desigualdades (concernentes aos territórios do Sul) são oriundas das formas de dominação, tais como, capitalismo, colonialismo e patriarcado. Muitos acreditam que o fim do colonialismo se dá com a declaração de independência, contudo, como assevera Boaventura de Sousa Santos (2020), houve a decadência do colonialismo histórico de ocupação territorial, mas que se perpetua ainda socialmente no discurso e na mentalidade ocidental. Para se conservar no poder, o ocidente se volta para a inferiorização do Outro por meio de violência física ou epistêmica. A violência epistêmica é bastante presente na sociedade a partir da tática de neutralização do Outro e do silenciamento, inviabilização, expropriação de qualquer

dinâmicos que acabam por (de)colonizar o feminino oprimido, subalternizado à medida que o sujeito masculino usa a linguagem para manter a hierarquia no sistema colonial/patriarcal.

⁶ Segundo Santos e Meneses (2010), ‘ecologia de saberes’ é o diálogo horizontal entre a multiplicidade de conhecimentos que se fundamenta na compreensão de que novos conhecimentos são aprendidos sem a necessidade de esquecimento do próprio.

possibilidade de representação, seja ele (Outro) subalterno ou colonizado (SPIVAK, 2010).

As relações de dominação têm atuado sempre de modo articulado, mas aqui centramos na colonialidade do gênero feminino em três modos de articulação: a colonialidade do poder, que se refere à “a um modelo de poder, especificamente moderno que interliga a formação racial, o controle do trabalho, o Estado e a produção de conhecimento” (MALDONADO-TORRES, 2010, p.414); a colonialidade do saber, referente “ao papel da epistemologia e as tarefas gerais da produção de conhecimento e a reprodução de regimes de pensamento coloniais” (ASSIS, 2014, p. 615); e a colonialidade do ser, que se refere ao processo de colonização cognitiva, “da experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem”⁷ (MALDONADO-TORRES, 2007, p.130).

Reunindo as argumentações das teorias decolonialistas à proposta de Fairclough (2001), compreendemos que a colonialidade do ser como um processo em que pode haver a internalização de discursos ideológicos, cujas “significações/construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117) – daí, a linguagem ser um instrumento colonizador de estratégias para a tomada de consciência da posição de subalternidade (SPIVAK, 2010).

Diante do exposto, constatamos que a colonialidade é o modo de agir em que se nega a vivência do Outro em sua completude e que impossibilita e bloqueia o conhecer daqueles que buscam ser ouvidos, o que os torna seres incapazes de realizar algo, de falar, tornando-se subalternizados. Em contrapartida, as teorias decoloniais surgem como procedimentos que visam validar os conhecimentos nascidos da luta contra os modos de dominação e das lutas sociais.

4. Performatividade de gênero

A investigação da relação entre atribuição de sentidos e performatividade identitária pode responder de que modo se marcam e se inscrevem as significações de gênero feminino no poder.

À medida que o ato de fala de nomeação torna o corpo vulnerável a uma identificação linguística que funciona como marca, surge uma identidade da qual o sujeito não consegue ou tem dificuldade para se desvencilhar. Logo, podemos inferir que há corporalidade nas representações sociais compartilhadas pelo mesmo discurso. Assim, à medida em que investigamos os sentidos como prática, apreendemos os jogos de linguagem como produtores da Gramática Cultural (de)colonizadora:

As redes de *discursos* particulares ligados à matriz colonial são produzidos, distribuídos e recebidos por pessoas conforme os gêneros discursivos, ou seja, os modos socialmente organizados de agir e se relacionar, com potencial para conformar os *estilos*, a experiência vivida, as (auto) identificações, as performances das pessoas, por meio de internalização, ou não, de discursos disseminados e legitimados pela matriz colonial. (VIEIRA, 2019, p. 91) (grifos do original).

⁷ Tradução livre. Texto original: “el surgimiento del concepto „colonialidad del ser responde, pues, a la necesidad de aclarar la pregunta sobre los efectos de la colonialidad en la experiencia vivida, y no sólo en la mente de sujetos subalternos”.

Vieira (2019) postula que existem redes de discursos ligadas à colonialidade, em cujos processos discursivos a linguagem demonstra seu caráter ideológico como uma forma de ação social:

Atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem *status* ontológico separado (BUTLER, 2015, p. 194).

Butler (2015), inspirada na performatividade linguística elaborada por John L. Austin (1990), assevera que a linguagem pode ser considerada performativa, por resultar do exercício de recitar ou de performatizar do sujeito. Em vista disso, é capaz de construir identidade (HALL, 2014) no processo discursivo e no interior das relações de poder.

No que tange à linguagem, sob uma perspectiva estrutural-sistêmica, ela pode ser classificada como não-misógina, no entanto, sua performatividade (executada por sujeitos, sejam masculinos e/ou femininos), é carregada por contornos ideológicos:

o “ser” de um gênero é *um efeito*, objeto de uma investigação genealógica que mapeia os parâmetros políticos de sua construção no modo da ontologia. Declarar que o gênero é construído não é afirmar sua ilusão ou artificialidade, em que se compreende que esses termos residam no interior de um binário que contrapõe como opostos o ‘real’ e o ‘autêntico’ (BUTLER, 2015, p. 58)(grifos do original).

A mulher em nossa sociedade é reputada a partir de um processo historicamente discursivo e perceptivo, em que a linguagem forma a percepção, modela as inter-relações nas quais permitem a apreensão dos corpos físicos. É na e pela linguagem masculina performativa (de)colonizadora do feminino que se confirma a operação cultural e política responsável pela manutenção de um sistema simbólico patriarcal. Destarte, é essa a linguagem constituída pelo poder de conceber as regras, as normas, o esperado segundo o jogo de interesses mediante os atos de fala dos sujeitos.

No âmbito da performatividade, comprova-se uma relação engendradora entre a performatividade linguística e a performatividade do corpo (PINTO, 2014), assim como entre linguagem, feminismo e efeito de corpo. Porém, arriscamo-nos a agregar nesses entrecruzamentos uma performatividade de direito. Se pela repetição desenvolve-se relações de poder de modo que formatam a inteligibilidade dos termos e possibilita a subversão, é também pela repetição que as reivindicações de direitos alcançam a possibilidade de alterar o social. Falar da linguagem como prática social é perceber sua relação e interação, assim como a constituição discursiva da sociedade, logo, nas reivindicações de direito, a linguagem é elemento capaz de possibilitar as mudanças, bem como deve ser o elemento a ser transformado em razão de poder ser uma identificação linguística que funcione como marca do gênero social e que produza, a partir de jogos de linguagem, uma Gramática Cultural (de)colonizadora.

A linguagem e o gênero social são formados em esferas sociopolíticas de inteligibilidade. É na repetição que se cria ou recria o poder e que se mostra viável atentar para a subversão política, de modo que não se pode presumir a ação política fora do campo estrutural da inteligibilidade. É por meio da subversão política que se revela a

diferença, em que se mostram as desigualdades, e, conseqüentemente, é substancial que as reivindicações de direito partam também da estrutura da inteligibilidade.

Sobre a desestabilização política, Butler (1997, p. 160) assevera que

Com respeito ao discurso político da modernidade, é possível que estes se encontrem todos fundamentalmente corrompidos, e que usar estes termos signifique reinvocar os contextos de opressão nos quais foram utilizados previamente. Paul Gilroy aponta, como exemplo, que termos como universalidade foram presumidos pela exclusão da mulher, de pessoas de cor, que foram moldados em nome de classes, e dentro de forte interesse colonial. [...] As lutas pela exclusão mesma acabam por se realizar reapropriando-se dos termos da modernidade para configurar um futuro diferente⁸.

Os significados e sentidos efetivados da linguagem, em um dado contexto, fazem parte de um discurso participante dos fenômenos sociais, sustentado e moldado nas práticas. Os discursos com forte teor de interesse colonial sobre a mulher mostram repetidamente uma relação de submissão e dominação mantida pelo masculino em que se objetifica a mulher. Esta, por assim dizer, acaba por ser definida em relação ao homem e através do olhar do mesmo, o que a enclausura numa posição de submissão e de hierarquização. Neste sentido, a performatividade de direito torna-se urgente a partir do deslocamento do pensamento hegemônico, da abertura do lugar e da visibilidade de fala da mulher que ficou escondida, silenciada, enclausurada na normatização hegemônica da história.

4.1 Olhar masculino: patriarcalismo

Na história da arte, ao longo dos tempos, presenciamos o feminino sob o olhar do masculino, seja a Vênus de Willendorf (escultura descoberta pelo arqueólogo Josef Szombathy), a Vênus de Dresden (Giorgione), a Vênus de Urbino (Ticiano), a Vênus e Marte (Tintoretto), a Olympia (Manet), dentre outras obras. Cada uma apresentada conforme determinada cultura, um contexto e de diferentes formas segundo a função de objeto.

São mulheres retratadas como objeto de prazer e para a sexualidade, umas são apresentadas de maneira despidas como se estivessem lançando um convite à excitação sexual, ideia ainda fortemente presente em nossa sociedade, quando a figura feminina é colocada como objeto à disposição de ‘pegadas’, de estupros, pois a roupa que as vestem é vista como convite e permissão para tais atos. Isto posto, testemunhamos a mulher pintada como prostituta que dessacraliza um ideal simbolizado pelo corpo social, ligado à fertilidade, aos papéis domésticos e à submissão masculina.

Martins Ferreira (2014), em *Helena dos poetas: uma questão de gênero?*, questiona se é pertinente aceitar a identidade de gênero feminino por vozes masculinas, na medida em que podem ser formadoras de estereótipos falocráticos. Assim, sendo a constituição da identidade do feminino a partir da voz masculina, ela pode ser apreendida como corrompida por preconceitos e por ideologias patriarcais ainda vigentes na sociedade brasileira. Análises de constituições de sentidos linguístico-discursivos da identidade do feminino, tais como o trabalho de pesquisa de Martins

⁸Tradução livre. Texto original: “With respect to the political discourse of modernity, it is possible to say that its basic terms are all tainted, and that to use such terms is to reinvolve the contexts of oppression in which they were previously used. Paul Gilroy points out, for instance, that terms such as universality have been premised on the exclusion of women, of people of color, that they are that they are wrought along class lines and with strong colonial interests. [...] the struggles against those very exclusions end up reappropriating those very terms from modernity in order to configure a different future”.

Ferreira (2014), buscam denunciar vozes masculinas na construção de ‘*helenas*’ como modelos hegemônicos de subalternidade, que descortinam jogos de poder e interesses envolvidos na intencionalidade da construção do feminino no poder.

Butler (2015) versa sobre os problemas de gênero em que os discursos engendrados por designações naturalizadas, heteronormativas e hierárquicas determinam formas de sujeição específicas não somente às mulheres, mas a quaisquer gêneros. Vê-se, portanto, que os discursos ofensivos proferidos são capazes de submeter a mulher à supremacia do homem, de propagar o estereótipo de inferioridade, e, por consequência, de gerar a manutenção de uma sociedade patriarcal, o que resulta no descrédito da concepção do feminino político que é incapaz de se desagregar das errôneas concepções impostas.

Enfim, discursos colonizadores da ordem do ser mulher são motivadores de clichês preconceituosos: ‘ser bela, recatada e do lar’⁹; ser uma boa mãe; ser trabalhadora; ser apresentável e desejável; ser aquilo que atenda às demandas da sociedade patriarcal. Na questão do gênero feminino, a linguagem mantém o colonialismo como prática social, cuja manutenção se torna responsável pela opressão, pela formação de uma mente colonizada/colonizadora. Os atos de fala e de corpo, mesmo que performatizados, buscam a essencialização e naturalização do feminino servil, submisso e incompetente.

5. Post

O nosso *corpus* analítico¹⁰ se compõe de duas partes: fala feminina – *post* publicado no dia 08 de março – de Maria do Rosário e de Manuela d’Ávilla –, sobre a luta e resistência pela igualdade; e quatro comentários emitidos pela voz masculino a respeito da fala feminina. O levantamento dos elementos linguístico-textuais de ambas as partes se dá, por um lado, por escolhas subjetivo-sensitivas e, de outro, por serem marcas que referendam a luta do feminino e a interferência do patriarcalismo, marcas estas que se ancoram na historicidade e na gramática cultural de cunho hegemônico que inclui fatores ético-culturais, direção cultural e consentimento social.

Hodiernamente, constatamos lutas incansáveis de mulheres em busca de lugar de fala, do reconhecimento de papéis desempenhados na sociedade. O *twitter* da Figura 1 representa a luta da deputada Maria do Rosário e da ex-deputada e candidata à vice-presidência da República na eleição de 2018, Manuela d’Ávilla. Ambas políticas brasileiras¹¹ evidenciam a importância do dia 8 de março – dia internacional das mulheres – e mostram estratégias de resistências para o alcance da defesa da igualdade e da democracia.

⁹ ‘Bela, recatada e do lar’ tornou-se um clichê midiático para se referir a então primeira-dama do país, no período da presidência de Michel Temer (2016-2019), a jovem, 43 anos mais nova que seu marido, Marcela Temer.

¹⁰ Importante salientar que a ordenação e o caminho argumentativos de nossa análise não obedecem nem à ordenação das entradas teóricas nem a pontos categoriais das teorias apresentadas, estes e aquelas encontram-se ‘misturados’ a cada tomada da materialidade linguística do *post*.

¹¹ Como o *post* retrata figuras públicas, não há necessidade de consentimento para divulgação do referido *post*.

Figura 1 – *Print/Post*, o dia 08 de março de 2020



Fonte: <https://twitter.com/mariadorosario/status/1236683932118274053>

A imagem, *print* de um vídeo retrata a deputada Maria do Rosário, loura, de óculos transparentes, de camiseta branca, de batom vermelho, sorrindo, com os cabelos presos por baixo de um boné preto, e sobre o bonê flores rosas. À sua direita, está Manuela d'Avila de blusa preta sem manga, cabelos curtos, sem óculos, sorrindo, e em torno de seus cabelos escuros porta uma tiara com quatro flores brancas. Ambas, com apenas a parte de cima do corpo, estão na frente de um tronco de árvore, indicando que estão ao ar livre. As flores de suas cabeças fazem conjunto com as folhas verdes da árvore. Acima da foto, há indicação verbal do título e de quatro hashtags: “Para nós, o 8 de março é dia de luta e resistência pela igualdade e pela democracia; #Vamosjuntas; #PorTodasNós; #ElasporElas; e “#LuteComoUmaGarota”.

Os léxicos *luta* e *resistência*¹² indicam sentidos que buscam voz e lugar agentivo por parte do feminino. Por pressuposição, se fossem visíveis e ouvidas, não precisariam estar em luta e resistir ao colonialismo masculino. Além disso, estão ratificando o decolonialismo, pois ainda precisam estar no tatame de combate anti-hegemônico. Não é à toa que os sentidos advindos da etimologia dos termos tentam subverter a ordem hegemônica. ‘Luta’ vem do latim *lūcta,ae*, que significa ‘engajar-se em combate ou batalha, com o objetivo de vencer o inimigo’ (opressor e colonizador). ‘Resistência’, do latim formado por *re-*, ‘para trás’, mais *sistēre*, ‘ficar firme, manter a posição’, também advindo do termo latino *resistentīa,ae* ‘que significa “1. Força por meio da qual um corpo reage contra a ação de outro corpo; .2. Defesa contra o ataque; .3. Oposição”’. (PRIBERAM, 2008, s/p) Ambos os termos comungam a ideia de combate, pela eliminação do dominador ou pela posição firme contra o dominador.

A data 8 de março, dia internacional da mulher, se justifica no *post* como uma arma legitimadora da luta – dia criado pelas Nações Unidas, em 1975, para homenagear e lembrar as conquistas sociais, políticas e econômicas das mulheres, independente de divisões nacionais, étnicas, linguísticas, culturais, econômicas ou políticas. Mesmo com sua origem controvertida, movimentos do final do século XIX e início do século XX, esta data unifica, pelo imaginário, vários movimentos das lutas das mulheres.

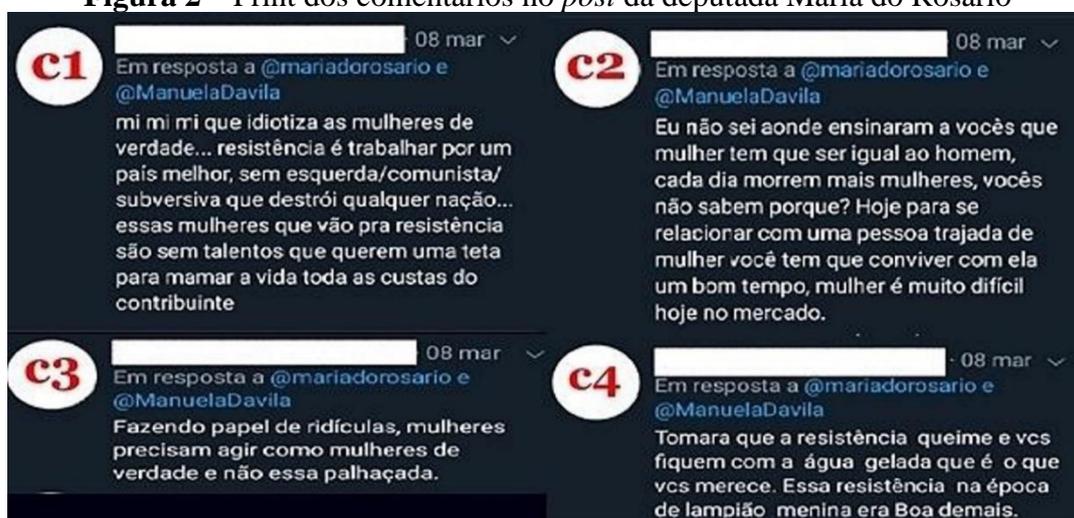
Os *hashtags* #LuteComoUmaGarota #ElasporElas se fazem meios de enfrentamento ao sexismo, ao colonialismo e à relação assimétrica de gênero. A ação verbal de chamamento *Lute* reforça os substantivos ‘luta’ e ‘resistência’. Mas, duas expressões refletem, mais especificadamente, sobre a identidade do feminino: *garota* e

¹² Para efeitos de clareza da leitura, todas as retomadas do *corpus* são colocadas em itálico.

elasporelas. ‘Garota’, muitas vezes, é uma expressão de vocativo genérico para a mulher, não necessariamente só a jovens, pode por questão de carinho referir-se a qualquer faixa etária. Como por exemplo, ‘Ei Garota, vem aqui!’ E em *elasporelas*, há uma força de sentido de contrários. Na linguagem cotidiana ‘elas por elas’ é usado no sentido de ‘não se importe, não tem importância, não é nada’ em relação algum embate de opiniões, de oposições ideológicas. Por exemplo: ‘Nossa! Lutaram tanto e ficou tudo elas por elas! A divergência não resultou em nada!’ Este esvaziamento, nutrido pelo cotidiano, passa a ter no *post* o sentido de uma verdadeira luta – nós, mulheres, temos de lutar pelas mulheres. Fica então registrado no *post* de Maria do Rosário uma voz feminina agente, de um sujeito social que busca sua posição e que está disposto a não desistir do embate – resistência ao patriarcal.

Já as marcas linguístico-textuais dos comentários do *post* mostram como os significados dos discursos produzem efeitos causais responsáveis pela materialização da hegemonia e ideologia de gênero¹³.

Figura 2 – Print dos comentários no *post* da deputada Maria do Rosário



Fonte: <https://twitter.com/mariadorosario/status/1236683932118274053>.

O *print* dos comentários foi organizado em duas colunas: na ordem do movimento das horas que compõem duas colunas. A coluna do lado esquerdo retrata o verbal dos comentários 1(C1) e 3 (C3), e na coluna do lado direito os comentários 2(C2) e 4(C4). Cada comentário indica a data de 8 de março mais o dizer *em resposta @mariadorosario e @ManuelaDavila*. Os comentários serão reproduzidos, na íntegra, nas entradas da análise.

O sujeito da linguagem pode tanto universalizar verdades, quanto instituir hierarquias, dando espaço para aqueles que são elegíveis para falar e para os que estão desautorizados do poder de fala. Dessa forma, traça-se uma linha imaginária como a do Tratado de Tordesilhas, por nós manifesta aqui, como uma alusão à linha abissal que divide os atores sociais, as experiências e os saberes.

Em um universo em que a linguagem contribui para estigmatização da sexualidade, para sinalização das diferenças imersas no preconceito materializado na prática social pela ordem do discurso, reconhecemos na plataforma *twitter* a legitimação dos discursos performativizados.

No comentário 1 (C1),

¹³ A comprovação de que são vozes masculinas está postada no momento da entrada pelo nome e pela foto do comentarista.

Mi mi mi que idiotiza as mulheres de verdade... resistência é trabalhar para um país melhor, sem esquerda/comunista/subversiva que destrói qualquer nação... essas mulheres que vão pra resistência são sem talentos que querem uma teta para mamar a vida toda as custas do contribuinte,

a expressão *mi mi mi*, repetidamente empregada, traz uma conotação pejorativa, utilizada para satirizar uma reclamação constante, nos permitindo inferir o objetivo de desarticular a luta das mulheres, no universo da política, por Maria do Rosário e Manuela d'Ávila. Esta tática respalda a fala feminina como vazia de conteúdo e sem força de ação, negando a possibilidade de conhecimento ao feminino e alocando a mulher no processo de colonialidade do poder-saber discursivo, *locus* da minorização e do não-privilegio.

E no fragmento *figura subversiva 'que prega ou executa atos visando à transformação ou derrubada da ordem estabelecida; revolucionário'* (PRIBERAM, 2008, s/p), que identifica o lugar agentivo do feminino, é nulificado, uma vez que, sendo *subversiva* e *revolucionária*, a mulher não corresponderia à representação do ser mulher na concepção colonialista.

A linha imaginária traçada para dividir os lados em direita e esquerda apoia-se em várias perspectivas. A divisão é complexa, porém muito tem se comprovado na gênese da divisão que a direita estaria ligada à religião, às tradições e aos costumes mais antigos, enquanto a esquerda, à contestação dos ideais tidos como legítimos e, portanto, intocáveis. A direita que se apresenta no Brasil estampa o orgulho de ser de direita, mesmo carregando o sentido pejorativo atribuído a esse grupo em virtude dos atos cometidos, por exemplo, na ditadura militar, e aponta para uma incompatibilidade com as ideologias de tendências consideradas radicais, comunistas, por sua vez, imputadas aos integrantes da esquerda. Como resquícios da ditadura militar, o comunismo ainda reside no imaginário popular como movimento que nega a democracia. Logo, as palavras 'esquerda', 'comunista' e 'subversiva', recorrentes no campo político e retomadas neste cenário, são usadas como meio de propagação da percepção antidemocrática e extremista da esquerda. Em vista disso, com um tom paranoico de que são de baixo calão, tais *lexias* têm sido empregadas para difamar a esquerda.

Através dos discursos postados, a prática política mostra-se lugar de luta, no qual as práticas discursivas recorrem a convenções que naturalizam ideologias hegemônicas. A rede social *twitter* passa a ser o lugar de interesses onde as instituições hegemônicas buscam exercer o poder. A prática discursiva em C1 revela uma interdiscursividade com o aforismo 'acabou a mamata, taoquei?', diversas vezes proferido pelo atual presidente da República. O resgate da ideia defendida pelo dirigente maior da nação contribui para difundir a assimetria do poder entre os gêneros, dado que estigmatiza o feminino e coopera para o curso do silenciamento da resistência. As linhas da colonialidade perfilam a mulher prototípica dos valores implantados pelo sistema patriarcal, ou seja, *as mulheres que vão pra resistência são sem talentos e querem uma teta para mamar*, em que testemunhamos o machismo como manifestação de ideologia de gênero. A este respeito, a dominação masculina atua na colonialidade do saber ao incapacitar o feminino na produção de conhecimento, como também induz ao processo da colonialidade do ser no que se refere à colonização cognitiva.

No fragmento do C2,

Eu não sei aonde ensinaram a vocês que mulher tem que ser igual ao homem, cada dia morrem mais mulheres, vocês não sabem porque? Hoje para se relacionar com uma pessoa trajada de mulher você tem que conviver com ela um bom tempo, mulher é muito difícil hoje no mercado,

transforma a vida pública da mulher num sistema fundamentado pela meritocracia que ostenta um comportamento sexista, baseado em estereótipos que funcionam como instrumento para a exclusão.

Segundo o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (MACHADO, 1995,v, p.322), o termo ‘trajar’ advém de ‘traje’, ‘vestuário, roupa’. Neste sentido, o fragmento *uma pessoa trajada de mulher* nos assente induzir que o sujeito não é considerado mulher, e que, por seu turno, porta um vestuário que o faz ‘parecer’ uma mulher e não ‘ser’ uma mulher. Assim dizendo, as personalidades políticas Maria do Rosário e Manuela d’Ávilla seriam consideradas mulheres travestidas, pois buscariam manobrar nomeações e determinações postas pela sociedade falocrática. Ainda, o emprego da lexia *trajada*, não só nega a igualdade de gênero – o discurso do masculino que pontua a existência potencial como propriedade exclusivamente do homem, incapaz de ser alcançada pelo Outro –, como também aponta a identidade masculina como absoluta e a única possível – afinal a mulher é um costela¹⁴ que sai do corpo masculino e não um corpo independente. Nessa esteira, a colonialidade vigente cria e reifica identidades como método para administrar a mulher e estipular hierarquias entre os sexos. Do latim *mercare*, a terminologia ‘mercado’, ‘comprar para vender, adquirir comprando’, relaciona o sentido de ‘mulher’ a ‘mercado’, em cujo discurso masculino coloniza-se o ser mulher como representação de um objeto que pode ser comprado e negociado, desconsiderando os atributos da mulher enquanto indivíduo, profissional e cidadã, atributos renegados em prol de lugares subalternos e negativos.

Traçar fronteiras durante o Período Colonial era fazer sentir a ideia da visão do ambiente pacífico, todavia partilhou da exploração de várias esferas, seja do povo, da cultura, da economia. De forma análoga, a sociedade feminal tem sido apresentada a essa pacificidade disfarçada. Tem-se desenhado os caminhos a serem navegados: de um lado, a quimera do *mare liberum* (mar aberto); de outro, a indubitabilidade do *mare clausum* (mar fechado). Ao longo da história sustentada pelo Estado Democrático de Direito, discursava-se sobre a democracia pertencente à mulher como *mare liberum*, no entanto a sociedade sexista continua externando o papel e o lugar de fala do feminino como *mare clausum*.

Ante ao discurso exibido em C2, sublinhamos o questionamento da construção identitária sobre o feminino, porquanto os significados ideologizados pelo olhar do masculino apontam problemas de gênero ainda com designações naturalizadas, heteronormatizadas e hierarquizadas pelo patriarcalismo. Ser mulher, na concepção colonialista, é apresentar ausência da masculinidade, isto é, só lhe é autorizada a passividade performativa. Daí, talvez, a atitude de prepotência dos homens ser fator condicionante para violência contra o gênero feminino. Seja violência física e/ou epistêmica, ambas são justificadas como mecanismo de manutenção do poder, validada pela teoria do ocidente que se volta para a inferiorização do Outro por meio da hostilidade e da busca constante do silenciamento, da inviabilização e da expropriação de qualquer possibilidade de representação.

¹⁴ Aqui se faz referência ao trecho da Bíblia, *Gênesis*, que remete à criação da mulher Eva a partir da costela do homem Adão. Há várias interpretações e crenças referentes a Adão e Eva e a história varia entre religiões e seitas.

No C3,

Fazendo papel de ridículas, mulheres precisam agir como mulheres de verdade e não essa palhaçada,

deslegitima a produção epistêmica da mulher e ‘desdemocratiza’-se seus direitos.

Adjetivar mulheres como *ridículas* tende a identificar o corpo feminino como um ser grotesco que gera repugnância. A imagem feminina grotesca é descrita como uma aberração que produz o efeito de riso, criando uma impressão de absurdo. O grotesco vem para simbolizar a desproporcionalidade e a mistura entre o animalesco e o humano, em que a prática se confunde no teor de verdade e realidade e cumpre o papel de provocar o riso. O grotesco é colocado na comicidade pela palavra *palhaçada*, ‘episódio cômico, burlesco, ridículo’ (PRIBERAM, 2008, s/p), que transparece que algo está fora do lugar, uma vez que se filia ao sentido de ‘engajar-se em combate ou batalha, com o objetivo de vencer o inimigo’ (opressor e colonizador). Assumir a posição de ativista, de decolonizadora, consistiria num papel animalesco, ridículo e que não reproduz a verdade, ou seja, não traduz o que é ser mulher-de-verdade (humano, segundo o sistema colonial), posto que destrói posições ordenadas para o feminino.

A conceituação da mulher-de-verdade nos leva à intertextualidade da iconografia grotesca feminina às imagens tradicionais. Em 1941, Mario Lago e Ataulfo Alves compuseram a canção *Ai que saudades da Amélia*, em que descreviam o que era ser uma ‘mulher de verdade’. Esta música e letra é uma história inspirada em Amélia, uma antiga lavadeira, moradora do subúrbio do Encantado (Zona Norte do Rio) que trabalhava para sustentar nove filhos. Narrada como uma mulher solidária ao seu homem, que passava fome e achava bonito não ter o que comer, exemplo da mulher compreensiva e tênue. A imagem outrora construída e cantarolada revelava uma posição meritória, ainda vigente na sociedade contemporânea. As performances identitárias dos sujeitos Manuela d’Ávilla e Maria do Rosário, que visam à agentividade, são transformados em anti-representacionistas, por não agirem como ‘mulheres-de-verdade’, e por significações simbólicas que articulam modos negativos.

No C4,

Tomara que a resistência queime e vcs fiquem com a água gelada que é o que vcs merece. Essa resistência na época de Lampião menina era Boa demais,

o verbo *queimar* e o adjetivo *gelada* trabalham em prol da anulação identitária do feminino: ‘queimar’ é o ato de ‘causar ou sofrer desprestígio de reputação, em geral de alguém que ocupa um cargo, uma função ou uma posição’ (PRIBERAM, 2008, s/p); e ‘gelada’ de ‘gelar’ consiste em ‘causar ou sentir uma forte emoção que paralisa ou dificulta a ação, assombrar, congelar, paralisar, regelar’, além de também denotar, de modo informal, o feito de ‘revelar pouca inteligência ou perspicácia; ser idiota’ (PRIBERAM, 2008, s/p).

É por meio da metáfora *menina era Boa demais*, as vozes do masculino (comentarista e Lampião) buscam desmerecer o ato de enfrentamento ao sexismo, ao colonialismo e à relação assimétrica de gênero. Assim como anseiam que os sujeitos ativistas femininos não alcancem os objetivos já que o choque da água gelada paralisaria os sujeitos, verifica-se neste enunciado o expressivo sentimento de antagonismo ao movimento de luta. Faz-se referência à Lampião e à menina da época. No tempo manifesto, mulheres eram estupradas, raptadas e obrigadas a compor o grupo

dos cangaceiros e, em situação de adultério, eram assassinadas. Ademais, embora Maria Bonita apresentasse características da mulher empoderada, transgressora, ela mesma não se indispunha contra o código de conduta machista defendido pelo cangaço. Inclusive, neste contexto, as mulheres não pegavam em armas¹⁵, eram privadas de comparecer a zona do embate e, a elas, cabiam apenas os afazeres domésticos. Diante deste cenário, nos é lícito validar que os sentidos da violência são constituídos nas práticas culturais, nas quais as relações de dominação atuam de modo articulado, tais como a das de colonialidade sobre o gênero feminino.

Partindo do todo linguageiro do *post* para uma retomada específica de pontos teóricos, o que se verificou é que o processo de lexicalização reflete ideias e valores que agem por meio da ordem de manipulação de discursos colonialistas sob à égide da hegemonia patriarcal, que produz assimetria de gêneros e que ratifica uma Gramática Cultural falocrática, ainda atuante na contemporaneidade.

No que tange à intertextualidade, o discurso utiliza-se de discursos outros, tais como os históricos – época colonial, Tratado de Tordesilhas, cangaço, e outros –, para marcar significações no consumo do discurso em prol da manipulação. Como a prática discursiva é campo de lutas de poder, vozes buscam ou reforçar posições hegemônicas ou quebrar tais posições, utilizando-se no nível discursivo a intertextualidade como recurso constitutivo de sentidos que remetem a práticas sociais.

E como discurso se insere simultaneamente nos níveis textuais, discursivos e social, na prática social internalizam-se e naturalizam-se ideologias que têm grande papel na sustentação de relações de poder. A ideologia assegura o consentimento de lutas de poder no momento discursivo de práticas sociais. E no caso das ideologias patriarcais assentam-se as relações de dominância sobre as mulheres, atribuindo poderes aos homens. Essa ideologia influencia a sociedade, disseminando sentimento de posse do masculino sobre o feminino, dado que concede controle sobre a figura feminina, mesmo que para tal seja necessário o uso da força. Nesta perspectiva simbólico-ideológica, o corpo da mulher seria um objeto a ser consumido/controlado no momento que o homem quisesse e/ou desejar, e ao homem seria acoplada à fama de homem viril, forte, dotado de sexualidade incontrolável.

6. Considerações finais

Escolhemos a analogia metafórica com Epistemologias do Sul e conceitos decoloniais em prol de visibilizar as lutas femininas, principalmente na política, esfera ainda bastante discriminada na sociedade brasileira. Tal metáfora sugere a possibilidade de uma mudança radical para dar voz àqueles que são silenciados, marginalizados, ou seja, com o corte de fronteiras abissais outras vozes podem ser ouvidas, abrindo caminhos para novas possibilidades de estar no mundo. Desse modo, ratificamos emergências de um caminho de luta permitindo em que o sujeito oprimido seja identificado, visibilizado e alentado lugar(es) de exterioridade e de construções alternativas.

No *corpus*, por nós elencado, a prática discursiva do masculino parece designar humilhação ao feminino atribuindo posições condenatórias ao sujeito por ser mulher. Os jogos de linguagem do discurso em pauta performatizam o feminino dentro de uma

¹⁵ Apesar de Maria Bonita ter sido sempre fotografada com uma arma na mão, segundo Adriana Nogueiros biógrafa da cangaceira, em entrevista na *BBC News Brasil*, alerta que Maria Bonita, sem dúvida, foi uma mulher transgressora, mas passou longe de ser feminista. Vide site < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45304399> >. Acesso em 10 de outubro de 2020.

integralidade normatizada pela colonialidade do ser, pensadas como ideais e que, quando rompidas, são rejeitadas, recusadas como representante do feminino.

Apesar de nosso ativismo presente ideologicamente em nosso trabalho, não aventamos a destruição dos sujeitos do mundo, não importando o seu gênero. O que advogamos contra é: que a perpetuação do masculino como opressor do feminino oprimido seja derruída; que o alicerce colonialista/patriarcalista encontre possibilidades para metamorfosear-se e libertar-se da linguagem performativa colonizadora; e que as correntes negativadas que inviabilizam o ser mulher sejam rompidas.

Nosso trabalho visou demonstrar que as práticas discursivas podem alterar as práticas sociais, em prol da transformação e do combate às desigualdades de gênero, uma vez que entender a linguagem em uso é uma maneira de conhecer o ser humano no seu cotidiano com suas problemáticas socioculturais.

Derruir os discursos que subvertem o feminino, que colonializam a mulher a patamares já normatizados de incapacidade, de um corpo apenas preso a características físicas pode ser considerado um ato utópico, porém acreditamos que o pensamento utópico nos permite lutar e assim alcançar avanços possíveis para a ampliação da liberdade e da igualdade.

Referências

ASSIS, Wendell Fisher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Cadernos CRH** [on line], Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, set/dez 2014. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792014000300011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 10/07/2020.

AUSTIN, John Longshaw. **Quando dizer é fazer** – palavras e ação. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**; Trad. Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Excitable speech**. A politics of the performatives. New York: Routledge, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London/New York: Routledge, 2003.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos da economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira, colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 455-491.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Vol. II e V, 5. Ed. Lisboa/Portugal: Livros Horizontes, 1995.

MARTINS FERREIRA, Dina Maria. Helena dos poetas: uma questão de gênero? **Todas As Letras X**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 123-134, nov. 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.15529/1980-6914/letras.v16n2p123-134>. Acesso em 02/04/2020. 2020.

_____; ALENCAR, Claudiana Nogueira. Contexto: problemas *ad infinitum*. In: SILVA, Daniel Nascimento; MARTINS FERREIRA, Dina Maria; ALENCAR, Claudiana Nogueira (orgs.). **Nova pragmática: modos de fazer**. São _____. Por uma Nova Pragmática Emancipatória. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n. 52.2, p. 271-285, jul./dez. 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. En: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSGOUEL, Ramón (eds.), **El giro decolonial. reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Moernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (orgs.) **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 396-443.

MIGNOLO, Walter. Desafios coloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, v. 1, n. 1, 2017, p. 12-32.

PINTO, Joana Plaza. Linguagem, feminismo e efeitos do corpo. In: SILVA, Daniel Nascimento; MARTINS FERREIRA, Dina Maria; ALENCAR, Claudiana Nogueira (Orgs.). **Nova pragmática: modos de fazer** / São Paulo: Cortez, 2014.

PRIBERAM, **Dicionário priberam da língua portuguesa**. [on line] Porto/Portugal: Priberam, 2008. Disponível em <https://www.dicionario.priberam.com>. Acesso em 20/01/2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (orgs.) **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RESENDE, Viviane de Melo. Perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: _____. (orga.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2019. p. 19-46.

ROSÁRIO, Maria do. **Twitter post. 2020**. Disponível em <https://twitter.com/mariadorosario/status/1236683932118274053>. Acesso em 04/04/2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O colonialismo do século XXI [on line]. **Aula Magistral**, Universidade de Coimbra, Portugal, 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=V6z0uUeqFcM&feature=youtu.be>. Acesso em 02/04/2020.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: _____. MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

_____; MENEZES, Maria Paula. Introdução. In: _____. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-30.

_____. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIEIRA, Viviane Cristina. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. In: RESENDE, Viviane de Melo (orga.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2019. p. 83-115.